

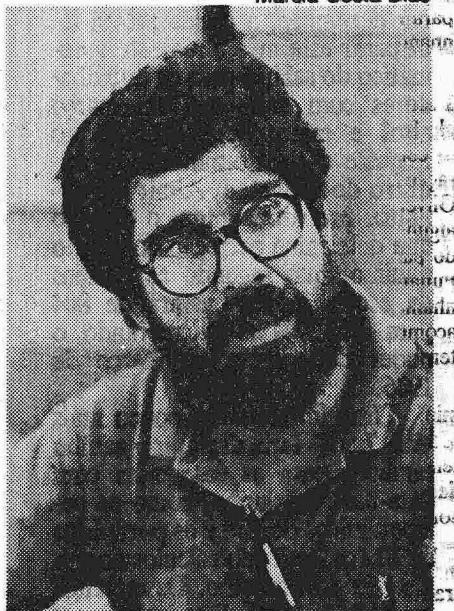
Técnico da Nuclebrás exige esclarecimento do governo

Márcia Costa Dias

“O governo não tem direito de decidir se o meu filho vai tomar ou não leite radioativo”. Esse protesto indignado não parte de um consumidor comum. Vem do presidente da Associação dos Empregados da Nuclebrás, Adelino Mac Cord Faria, “escandalizado” com a manipulação dos índices de radioatividade do leite contaminado importado da Europa. No ponto em que a situação chegou, Adelino exige que os ministros Dilson Funaro e Paulo Brossard se pronunciem publicamente, dando um esclarecimento à sociedade. “A população precisa saber do percurso e da utilização desse leite no país. A CCPL usou ou está usando esse leite contaminado em seus produtos? E a Nestlé? E os outros fornecedores? Qual é a verdadeira versão e extensão da distribuição do leite importado?”

Como profissional da área nuclear ele se declara “constrangido” ao imaginar (como foi noticiado) que a Comissão Nacional de Energia Nuclear tenha atendido à solicitação do “Poder Executivo” para mudar o índice: “Se isso realmente aconteceu, é assustador”. Com a voz alterada, sem conter seu estado de revolta, Adelino questiona as razões que levaram o presidente da CNEN, Rex Nazareth, a cumprir esse tipo de “ordem” do governo. Afinal, se os índices foram mudados “conscientemente”, não haveria porque não comunicar a alteração à sociedade.

Adelino não se conforma que mais uma decisão política, de “gabinete fechado”, venha a prejudicar a população, com reflexos na credibilidade do programa nuclear. Definindo-se como um “entusiasta” de um programa sério, ele dá



Adelino quer saber em que o leite europeu foi utilizado

maior peso à sua indignação. “Qualquer questão no terreno nuclear tem de ser colocada de forma transparente para o povo. Se não for assim, o próprio governo estará fazendo o jogo dos países que não querem o Brasil com o domínio de tecnologia de ponta”.

Há oito anos na Nuclebrás, casado, 36 anos, com um filho e em véspera de uma segunda paternidade, Adelino vai mais longe: “O governo tinha obrigação de informar que o leite importado estava contaminado, o grau dessa contaminação e toda a história dos índices. E, principalmente, identificar todos os produtos em que ele estivesse sendo utilizado. Caberia à sociedade informada optar por correr o risco ou não.”